BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

MEMÓRIA, TERRA E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: HISTÓRIA ORAL DA EXPANSÃO AGROPECUÁRIA EM RIO CRESPO, RONDÔNIA (2010-2020)

MEMORY, LAND AND LANDSCAPE TRANSFORMATION: ORAL HISTORY OF AGRICULTURAL EXPANSION IN RIO CRESPO, RONDÔNIA (2010-2020)

MEMORIA, TIERRA Y TRANSFORMACIÓN DEL PAISAJE: HISTORIA ORAL DE LA EXPANSIÓN AGROPECUARIA EN RIO CRESPO, RONDÔNIA (2010-2020)

https://doi.org/10.56238/bocav25n80-005

Data de submissão: 31/05/2026 **Data de publicação:** 15/07/2026

José Cordeiro Filho
Mestrando em História
Instituição: Universidade de Passo Fundo
E-mail: 195923@upf.br

RESUMO

Objetivo: analisar, pela história oral temática, como moradores pioneiros de Rio Crespo, em Rondônia, interpretam as transformações no uso e na cobertura do solo vinculadas à expansão agropecuária entre 2010 e 2020. Método: pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em três entrevistas semiestruturadas com moradores/agricultores de longa trajetória no município, análise documental e diálogo com dados oficiais do IBGE, INCRA, INPE/TerraBrasilis e MapBiomas. As narrativas foram transcritas e interpretadas em cinco categorias: migração e fixação dos colonos; práticas agrícolas predominantes; percepção das mudanças no uso e na cobertura do solo; impactos ambientais percebidos; e estratégias locais de conservação e adaptação. Resultados: a conversão de florestas em roças, pastagens e áreas mecanizadas foi compreendida como resultado de um arranjo histórico que combinou colonização dirigida, precariedade institucional, crédito seletivo, pressão por produtividade e valorização da terra aberta. O desmatamento, inicialmente lembrado como trabalho, benfeitoria e condição de permanência, passou a ser reinterpretado diante da degradação do solo, da redução da água e da homogeneização da paisagem. Conclusão: a história oral qualifica a análise socioambiental ao evidenciar que os sujeitos da fronteira elaboram diagnósticos próprios sobre limites produtivos, perdas ambientais e possibilidades de conservação.

Palavras-chave: Agronegócio. História Oral. Memória Ambiental. Rio Crespo. Rondônia. Uso e Cobertura do Solo.

ABSTRACT

Objective: to analyze, through thematic oral history, how pioneer residents of Rio Crespo, in Rondônia, interpret the transformations in land use and cover linked to agricultural expansion between 2010 and 2020. Method: qualitative, descriptive and exploratory research, based on three semi-structured interviews with long-term residents/farmers in the municipality, documentary analysis and dialogue with official data from IBGE, INCRA, INPE/TerraBrasilis and MapBiomas. The narratives were transcribed and interpreted into five categories: migration and settlement of colonists; predominant

agricultural practices; perception of changes in land use and cover; perceived environmental impacts; and local conservation and adaptation strategies. Results: the conversion of forests into crops, pastures and mechanized areas was understood as a result of a historical arrangement that combined directed colonization, institutional precariousness, selective credit, productivity pressure and valorization of open land. Deforestation, initially remembered as work, improvement and condition for permanence, came to be reinterpreted in light of soil degradation, water reduction and landscape homogenization. Conclusion: oral history qualifies socio-environmental analysis by showing that frontier subjects develop their own diagnoses about productive limits, environmental losses and conservation possibilities.

Keywords: Agribusiness. Oral History. Environmental Memory. Rio Crespo. Rondônia. Land Use and Cover.

RESUMEN

Objetivo: analizar, a través de la historia oral temática, cómo los residentes pioneros de Rio Crespo, en Rondônia, interpretan las transformaciones en el uso y la cobertura del suelo vinculadas a la expansión agrícola entre 2010 y 2020. Método: investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, basada en tres entrevistas semiestructuradas con residentes/agricultores de larga trayectoria en el municipio, análisis documental y diálogo con datos oficiales de IBGE, INCRA, INPE/TerraBrasilis y MapBiomas. Las narrativas fueron transcritas e interpretadas en cinco categorías: migración y asentamiento de colonos; prácticas agrícolas predominantes; percepción de cambios en el uso y la cobertura del suelo; impactos ambientales percibidos; y estrategias locales de conservación y adaptación. Resultados: la conversión de bosques en cultivos, pastos y áreas mecanizadas se entendió como resultado de un arreglo histórico que combinó colonización dirigida, precariedad institucional, crédito selectivo, presión de productividad y valorización de tierras abiertas. La deforestación, inicialmente recordada como trabajo, mejora y condición de permanencia, pasó a ser reinterpretada ante la degradación del suelo, la reducción de agua y la homogeneización del paisaje. Conclusión: la historia oral califica el análisis socioambiental al mostrar que los sujetos de la frontera desarrollan sus propios diagnósticos sobre límites productivos, pérdidas ambientales y posibilidades de conservación.

Palabras clave: Agronegocios. Historia Oral. Memoria Ambiental. Rio Crespo. Rondônia. Uso y Cobertura del Suelo.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que a história recente de Rio Crespo, município do Vale do Jamari, em Rondônia, condensa processos decisivos da Amazônia contemporânea: colonização dirigida, migração rural, reorganização fundiária, substituição da cobertura florestal, consolidação da pecuária, avanço da agricultura mecanizada e emergência de discursos locais de conservação. Entre 2010 e 2020, a paisagem municipal passou a expressar uma etapa madura da fronteira agrícola, na qual áreas abertas por colonos e convertidas em pastagens foram reorganizadas por cultivos de grãos, arrendamentos, correção de solo, mecanização e integração a mercados regionais e nacionais (Brasil, 1970; Becker, 2005; Kohlhepp, 2002; Almeida, 2023; Fiori; Fiori; Nenevé, 2013).

Essa reorganização da paisagem não se esgota na mensuração de hectares convertidos nem na identificação das culturas que ganharam área. O problema analítico consiste em compreender como moradores pioneiros, sujeitos que experimentaram a chegada, a abertura dos lotes, a formação das roças, a expansão do gado e a entrada da soja, narram e interpretam tais mudanças. Essa escolha desloca a análise exclusivamente cartográfica para uma leitura histórica da experiência. A paisagem é tratada, simultaneamente, como materialidade e memória: aparece nos mapas, nas estradas, nas pastagens, nas lavouras e nos cursos d'água, mas também se organiza nas lembranças, justificativas, silêncios e reavaliações de quem viveu sua transformação (Portelli, 1991; Alberti, 2005; Thompson; Bornat, 2017).

A partir dessa tensão entre dado espacial e experiência vivida, define-se como objetivo geral analisar como a história oral dos moradores pioneiros de Rio Crespo permite compreender as mudanças no uso e na cobertura do solo e a transformação da paisagem local entre 2010 e 2020. Especificamente, busca-se interpretar narrativas de migração e fixação; examinar práticas produtivas lembradas pelos entrevistados; compreender a percepção da substituição da floresta por lavouras, pastagens e cultivos mecanizados; identificar impactos ambientais narrados como experiência; e discutir estratégias locais de conservação e adaptação.

Justifica-se o recorte porque a literatura sobre Amazônia, colonização e desmatamento já explicou dinâmicas estruturais de ocupação regional, mas a escala municipal de Rio Crespo exige uma leitura capaz de articular dados oficiais, memória local e interpretação histórica. Assim, o artigo contribui empiricamente ao focalizar município ainda pouco estudado; metodologicamente, ao tratar a história oral como eixo de análise; e analiticamente, ao relacionar memória, território e ambiente sem reduzir a paisagem a estatística ou depoimento isolado.

2 MÉTODO

Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, organizada pela combinação entre história oral temática, estudo de caso e análise documental. A unidade empírica é Rio Crespo, em Rondônia, município situado no contexto amazônico e historicamente articulado aos processos de ocupação do Vale do Jamari. O recorte temporal principal é 2010-2020; contudo, a análise incorpora memórias de décadas anteriores porque os entrevistados interpretam a década recente como desdobramento da colonização iniciada nos anos 1970 e 1980 (Alberti, 2005; Portelli, 1991; Yin, 2018).

A pesquisa de campo foi realizada com três moradores/agricultores que acompanharam diretamente mudanças no uso e na cobertura do solo em Rio Crespo e no entorno regional. As entrevistas ocorreram presencialmente entre agosto e setembro de 2024. A seleção foi intencional, orientada pela experiência histórica e pela pertinência ao problema, e não por representatividade estatística. Um participante migrou do Espírito Santo para Rondônia em 1970, motivado pela propaganda de terras do INCRA e pelo projeto de possuir propriedade rural; outro migrou de São Paulo em 1975, após dificuldades financeiras, sendo selecionado pelo INCRA em razão de experiência agrícola; e outro chegou do Rio Grande do Sul em 2013, atraído por trabalho no agronegócio, relevo favorável e disponibilidade de áreas degradadas para aproveitamento produtivo (Entrevistados A, B e C, 2024).

O roteiro semiestruturado preservou comparabilidade entre os temas e abriu espaço para aprofundamentos narrativos. Foram priorizadas perguntas sobre origem, deslocamento, chegada, relação com o INCRA, práticas agrícolas iniciais, culturas predominantes, mudanças na cobertura do solo, avanço da pecuária, entrada da soja, percepção ambiental, água, solo, queimadas, áreas de preservação permanente e estratégias de conservação. Após a coleta, as falas foram transcritas e organizadas em cinco categorias: migração e fixação dos colonos; práticas agrícolas predominantes; percepção das mudanças no uso e na cobertura do solo; impactos ambientais percebidos; e estratégias locais de conservação e adaptação.

A análise foi conduzida por leitura temática e interpretação histórica. Não se buscou quantificar respostas, mas identificar sentidos, relações e deslocamentos de percepção. As falas sobre desmatamento foram examinadas em conexão com políticas de colonização, exigências de permanência no lote, noção de benfeitoria, ausência de consciência ecológica no período inicial e posterior reconhecimento de danos ambientais. As falas sobre soja foram relacionadas à mecanização,

correção de solo, arrendamento e reaproveitamento de áreas previamente degradadas. A triangulação incluiu IBGE, SIDRA, INCRA, INPE/TerraBrasilis, MapBiomas e literatura sobre geopolítica amazônica, desmatamento, colonização de Rondônia, história oral e pesquisa qualitativa.

O rigor qualitativo foi assegurado pela delimitação explícita do caso e do recorte temporal, pela descrição dos participantes e das categorias analíticas, pela triangulação entre fontes orais, documentos e literatura e pela incorporação dos limites interpretativos. O estudo dialoga com critérios de qualidade em pesquisas qualitativas, especialmente quanto a contexto, participantes, coleta, análise, reflexividade, ética e transferibilidade, sem descaracterizar o campo da História (Tong; Sainsbury; Craig, 2007; O'Brien *et al.*, 2014).

A ética foi tratada como dimensão constitutiva da pesquisa, com participação voluntária, consentimento e proteção contra exposição indevida. Em razão do pequeno porte municipal, as narrativas são apresentadas como Entrevistado A, Entrevistado B e Entrevistado C. As informações provenientes das entrevistas foram trabalhadas em sínteses interpretativas baseadas nos registros da pesquisa de origem, decisão que preserva fidelidade à fonte oral e evita dramatização artificial do depoimento (Brasil, 2012b; Brasil, 2016; Alberti, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA, MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PAISAGEM

Argumenta-se que a formação territorial de Rio Crespo precisa ser situada no processo de ocupação recente de Rondônia, intensificado durante a ditadura militar. A Amazônia foi incorporada ao projeto nacional como espaço estratégico de integração, segurança territorial e expansão produtiva. O discurso oficial de ocupação, muitas vezes associado à ideia de vazio demográfico, desconsiderou a presença de povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos e outros grupos que já habitavam ou utilizavam a floresta. A história oral dos colonos não elimina essa dimensão; antes, ajuda a compreender como o discurso estatal foi apropriado por migrantes em busca de terra (Almeida, 2023; Becker, 2005; Kohlhepp, 2002).

Essa apropriação ocorreu em contexto de expulsão e atração. Nas regiões de origem, pequenos agricultores enfrentavam mecanização, concentração fundiária, endividamento, seca, perda de oportunidades e dificuldade de acesso à terra. Na região de destino, o Estado anunciava lote, fertilidade, progresso e futuro. A combinação entre propaganda oficial, relatos de parentes, notícias informais e

abertura de estradas produziu expectativa decisiva: Rondônia não era apenas um lugar geográfico, mas uma promessa de reconstrução social (Becker, 2005; Kohlhepp, 2002; Margulis, 2003).

Como efeito dessa expectativa, a BR-364 estruturou a circulação de pessoas, mercadorias, máquinas, madeira, gado e projetos de vida. A estrada não apenas atravessou a floresta; reorganizou o valor da terra e criou hierarquias espaciais. Núcleos urbanos e rurais passaram a se formar em função do acesso, da logística e da presença do Estado. Nas memórias dos migrantes, a estrada aparece como caminho de esperança e como registro de precariedade, pois poeira, lama, distância, doença e incerteza marcaram a chegada (Brasil, 1970; Becker, 2005; Kohlhepp, 2002).

A atuação do INCRA foi central na organização fundiária, embora a presença institucional tenha sido desigual. O órgão selecionava famílias, delimitava lotes, orientava assentamentos e mediava o acesso à terra. Contudo, muitos agricultores chegaram antes da instalação plena de infraestrutura, assistência técnica, saúde, educação e canais de comercialização. A defasagem entre promessa e realidade marcou a experiência dos colonos: a terra existia como possibilidade, mas sua conversão em permanência dependia de trabalho familiar intenso, adaptação e abertura produtiva do lote (Fiori; Fiori; Nenevé, 2013; Kohlhepp, 2002; INCRA, 2026).

Fundamenta-se, portanto, que Rio Crespo, originalmente relacionado ao Núcleo Urbano de Apoio Rural Cafelândia, emerge desse arranjo. O próprio nome Cafelândia expressa uma etapa econômica vinculada ao café após a abertura inicial das áreas. O município não nasceu apenas de crescimento urbano espontâneo, mas da necessidade de apoiar agricultores assentados, fornecer serviços básicos e consolidar a presença estatal em região de expansão agrícola. A história oral recupera essa etapa como experiência vivida, e não apenas como dado administrativo (IBGE, 2022; Andrade; Almeida; Nascimento, 2025).

3.2 MUDANÇA PRODUTIVA E USO/COBERTURA DO SOLO

A construção social da paisagem seguiu sequência marcada por lavouras de subsistência, culturas permanentes, pecuária e agricultura mecanizada. Arroz, milho, feijão, café e cacau tiveram funções distintas. As lavouras brancas garantiam alimentação, renda inicial e demonstração de uso do lote. O café e o cacau representavam possibilidades de produção mais estável e comercial. A pecuária tornou-se alternativa diante do desgaste das lavouras, da escassez de mão de obra, da dificuldade de mercado e da necessidade de transformar a terra em ativo econômico. A soja introduziu lógica dependente de escala, insumos, máquinas e logística (IBGE, 2024; Entrevistados A, B e C, 2024).

Demonstra-se, nesse contexto, que o desmatamento não pode ser analisado como prática isolada da história fundiária. Para muitos colonos, abrir a mata era condição prática de existência no lote. A floresta em pé, embora ecologicamente valiosa, era frequentemente percebida como obstáculo à produção e à titulação. A derrubada e a queima integravam repertórios técnicos trazidos de outras regiões e reforçados pela lógica institucional da época. A noção de benfeitoria teve peso simbólico: a terra aberta demonstrava ocupação efetiva, disciplina produtiva e compromisso do colono. Essa leitura não elimina impactos ambientais, mas explica sua naturalização inicial (Fearnside, 2006; Margulis, 2003; Fiori; Fiori; Nenevé, 2013; Brasil, 2012a).

Essa naturalização inicial ajuda a compreender a trajetória de culturas permanentes, como cacau e café, na memória produtiva local. A cultura do cacau aparece em conexão com a proposta do Burareiro e com a atuação de assistência técnica, pois representava cultivo permanente, articulado ao mercado e menos dependente da derrubada contínua. Entretanto, infraestrutura insuficiente, pragas, preços e assistência limitada restringiram sua consolidação. O café também ocupa lugar relevante na memória local, mas problemas de produtividade, qualidade, custo e oscilação de preços levaram muitos agricultores a substituir áreas por pastagens. A passagem do café para o gado indica deslocamento de uma paisagem diversificada e intensiva em trabalho para uma paisagem mais homogênea, extensiva e funcional à valorização fundiária (Entrevistados A, B e C, 2024).

A pecuária consolidou a segunda grande etapa da transformação. Ela demandava áreas extensas, simplificava a paisagem e reduzia a diversidade produtiva. Para famílias com pouca mão de obra e baixa assistência técnica, o gado oferecia liquidez, mobilidade e menor dependência de colheitas específicas. Ao mesmo tempo, intensificava a conversão da floresta, compactava solos, afetava cursos d'água e favorecia concentração fundiária. As narrativas captam essa ambivalência: o gado aparece como solução econômica e como fonte de degradação (Portelli, 1991; Alberti, 2005; Fearnside, 2006).

Em continuidade a essa etapa, a entrada da soja e da mecanização acrescentou nova camada à paisagem. Em áreas degradadas pela pecuária, a agricultura mecanizada pode ser narrada como recuperação produtiva, pois a correção com calcário, adubos, máquinas e arrendamento torna o solo funcional para o mercado. Ainda assim, essa recuperação é parcial: pode ampliar dependência de insumos, exposição a preços, riscos climáticos, simplificação ecológica e concentração de renda. O mesmo território que antes exigia derrubada passa a exigir correção de solo, tecnologia e escala (IBGE, 2024; INPE, 2024; MapBiomas, 2024; Fearnside, 2006).

A percepção das mudanças no uso e na cobertura do solo varia conforme trajetória e posição produtiva. O Entrevistado A associa a substituição de lavouras diversificadas pelo gado à perda de cobertura florestal e à formação de paisagens homogêneas. O Entrevistado B descreve o esgotamento de pastagens antigas e a transição para a soja como etapa favorecida pelo relevo plano e pela conversão prévia da floresta em pasto. O Entrevistado C interpreta a soja como forma de recuperar áreas degradadas pela pecuária, desde que haja correção do solo e manejo adequado. Essas leituras não se excluem; revelam que cada sujeito percebe a transformação a partir de sua experiência produtiva, inserção econômica e geração (Entrevistados A, B e C, 2024).

3.3 IMPACTOS AMBIENTAIS PERCEBIDOS E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

Relaciona-se a mudança produtiva aos impactos ambientais percebidos de modo gradual. No período inicial, a preocupação ecológica era limitada, e derrubada e queimada eram práticas comuns associadas à abertura do lote. Posteriormente, os moradores passaram a reconhecer efeitos sobre solo, água e biodiversidade. O Entrevistado A menciona que o gado degradou solos e cursos d'água, mas observa que naquele período não havia consciência ecológica equivalente à atual. O Entrevistado B reconhece ganhos econômicos da pecuária e da soja, mas também aponta dependência climática, queimadas e derrubadas como práticas frequentes. O Entrevistado C utiliza linguagem técnica mais recente ao reconhecer riscos da agricultura intensiva e defender correção do solo, manejo de defensivos e sistemas integrados (Entrevistados A, B e C, 2024).

A água ocupa posição central nessa memória ambiental. Cursos d'água, nascentes e igarapés não são apenas elementos naturais; constituem infraestrutura vital para famílias, animais, lavouras e abastecimento. A pesquisa de origem menciona a relevância do igarapé Manteiga para Rio Crespo. Nas narrativas, a preservação de nascentes e margens aparece como prática concreta, muitas vezes anterior ou paralela à legislação, indicando que a conservação pode emergir da experiência direta com a dependência hídrica, e não apenas da imposição normativa (Dias *et al.*, 2024; Entrevistados A, B e C, 2024).

Essa dependência hídrica se articula à degradação do solo. Agricultores que viveram a passagem da lavoura para pastagem e da pastagem para soja reconhecem que a terra não responde indefinidamente ao uso sem manejo. A necessidade de calcário, adubo e correção técnica revela que o solo de Rio Crespo foi socialmente produzido como recurso agrícola e, ao mesmo tempo, fisicamente desgastado. Recuperar produtividade por agricultura mecanizada não significa restaurar complexidade

ecológica; por isso, a sustentabilidade exige diferenciar recuperação produtiva, recomposição ambiental e proteção de remanescentes florestais (IBGE, 2024; INPE, 2024; MapBiomas, 2024; Fearnside, 2006).

As estratégias locais de conservação e adaptação indicam que Rio Crespo não pode ser descrito apenas como território de degradação. O Entrevistado A destaca novas gerações, respeito às APPs, diversificação produtiva e assistência técnica. O Entrevistado B afirma manter áreas de nascentes e margens preservadas e defende integração lavoura-pecuária. O Entrevistado C menciona cuidados com defensivos, preservação de APPs e adoção de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Esses relatos mostram que a memória da degradação pode orientar práticas de mitigação, embora tais sistemas não substituam a proteção florestal nem eliminem automaticamente impactos ambientais (Dias *et al.*, 2024; Brasil, 2012a; Fearnside, 2006).

Compara-se, nesse ponto, a experiência dos pioneiros com a atuação de gerações mais jovens e técnicos rurais. Pioneiros viveram período em que desmatar era sinal de trabalho; gerações mais jovens operam em contexto de legislação ambiental, pressão de mercado, preocupação climática e novas tecnologias. O que antes era visto como área improdutiva pode ser entendido como APP; o que antes era queimada rotineira pode ser percebido como risco; e o que antes era pasto degradado pode ser tratado como área a recuperar. Essa transição, contudo, depende de condições materiais. Produtores com mais capital corrigem solo, contratam máquinas, acessam crédito e cumprem exigências; agricultores menos capitalizados enfrentam maiores obstáculos. Portanto, conservação não depende apenas de consciência ambiental, mas de assistência técnica, financiamento adequado e segurança de mercado (Portelli, 1991; Dias *et al.*, 2024).

A história oral impede dois reducionismos. O primeiro seria responsabilizar exclusivamente os agricultores pela degradação, apagando o papel do Estado, das políticas de colonização, da ausência de assistência e da lógica de mercado. O segundo seria absolver todas as práticas locais em nome da precariedade histórica, ignorando impactos reais e responsabilidades atuais. A interpretação mais consistente reconhece que a transformação de Rio Crespo foi estruturalmente produzida, mas que sua sustentabilidade futura depende de escolhas concretas no presente. Mapas indicam onde a cobertura mudou; entrevistas ajudam a explicar por que mudou, quem decidiu, sob quais pressões, com quais expectativas e com quais consequências percebidas (IBGE, 2024; INPE, 2024; MapBiomas, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as transformações no uso e na cobertura do solo em Rio Crespo entre 2010 e 2020 só podem ser compreendidas quando articuladas à memória histórica da colonização dirigida. A década recente expressa uma etapa de intensificação produtiva, marcada por pecuária consolidada, entrada da soja, correção de solos, mecanização e integração ao mercado. Esses processos, contudo, são desdobramentos de uma trajetória iniciada com políticas estatais de ocupação, migração rural, abertura de lotes e valorização da terra convertida em área produtiva.

Constata-se que a história oral temática permitiu interpretar essa trajetória a partir de sujeitos que viveram ou acompanharam momentos distintos da transformação. As narrativas revelam que a chegada a Rondônia foi marcada por esperança de propriedade, precariedade material, isolamento, doença, trabalho familiar e dependência do Estado. A abertura da mata, inicialmente lembrada como benfeitoria e condição de permanência, passou a ser reinterpretada diante dos efeitos acumulados sobre solo, água e paisagem. Esse deslocamento de percepção constitui um dos achados centrais do estudo.

Percebe-se, ainda, que as cinco categorias analíticas formam uma cadeia histórica: a migração levou à fixação; a fixação exigiu abertura; a abertura possibilitou lavouras; as dificuldades das lavouras favoreceram pastagens; as pastagens degradadas abriram espaço para agricultura mecanizada; e a intensificação produtiva produziu novas preocupações ambientais. Os agricultores foram agentes da conversão florestal, mas também sujeitos de políticas públicas que estimularam a ocupação produtiva da Amazônia. Essa ambivalência torna a história oral indispensável para interpretar a paisagem.

Sintetiza-se, como contribuição metodológica, que a fonte oral possui valor analítico próprio. Ela não serve apenas para ilustrar dados de satélite ou estatísticas agrícolas, mas revela como os sujeitos interpretam o tempo, justificam escolhas, reconhecem perdas e imaginam alternativas. A contribuição empírica está em oferecer leitura densa de Rio Crespo, município representativo das dinâmicas amazônicas e ainda pouco presente em debates nacionais. A contribuição política e ambiental consiste em indicar que estratégias de sustentabilidade precisam dialogar com memória local, assistência técnica, crédito orientado, recuperação de áreas degradadas, proteção hídrica, diversificação produtiva e valorização de áreas preservadas.

O estudo apresenta limites: o número de entrevistas é reduzido e não permite generalização estatística; as narrativas representam trajetórias selecionadas; e a análise não substitui levantamentos quantitativos mais amplos sobre cobertura do solo, qualidade da água, produtividade e concentração fundiária. Pesquisas futuras podem incluir mulheres agricultoras, jovens, trabalhadores assalariados,

técnicos, gestores públicos e representantes de comunidades tradicionais, além de combinar história oral com séries temporais de satélite, CAR, crédito rural e indicadores ambientais. Conclui-se que a história oral de Rio Crespo revela mais do que lembranças da colonização: expõe a dinâmica moral, econômica e ambiental de uma fronteira agrícola que permanece em transformação.

5 FONTES ORAIS

- **ARAÚJO**, Domiciano Odorico de. Entrevista concedida a José Cordeiro Filho. Rio Crespo, Rondônia, 18 de março de 2024. Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (CEP) nº. 5.619.682. CAAE n. 61380122.4.0000.5342.
- **ALMEIDA**, Antônio Brasilino de. Entrevista concedida a José Cordeiro Filho. Rio Crespo, Rondônia, 01 de outubro de 2024. Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (CEP) nº. 5.619.682. CAAE n. 61380122.4.0000.5342.
- **OLIVEIRA**, Renildo Rolim de. Entrevista concedida a José Cordeiro Filho. Rio Crespo, Rondônia, 01 de outubro de 2024. Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (CEP) nº. 5.619.682. CAAE n. 61380122.4.0000.5342.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Lynn. Oral History Theory. 2. ed. London: Routledge, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781315640761. Acesso em: 7 jul. 2026.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em: https://editora.fgv.br/produto/manual-de-historia-oral-2. Acesso em: 7 jul. 2026.

ALMEIDA, Daniel Alves de. Rondônia e a ditadura militar: integração nacional e repressão política (1970-1981). Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 9, n. 3, p. 76-90, 2023. Disponível em: https://www.revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/73. Acesso em: 7 jul. 2026.

ANDRADE, Lucas Gabriel Almeida de; ALMEIDA, Noélia Novaes de; NASCIMENTO, Marineide Martiniano do. Café clonal: benefícios econômicos e sociais para o desenvolvimento regional a partir da produção por técnica de estaquia na região de Rio Crespo-RO. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2025. Disponível em: https://www.revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3940/3870. Acesso em: 7 jul. 2026.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXZHgRXPpW4rRWSkfH/. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012b. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012a. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

DIAS, Vinicios José *et al.* Caracterização física da microbacia hidrográfica do igarapé Manteiga, Rio Crespo-RO. In: PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa; SANTOS, Reinaldo Pacheco dos (org.). Tópicos atuais em ciências e tecnologia das águas. Guarujá: Científica Digital, 2024. p. 67-87. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/240516709.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

FEARNSIDE, Philip M. Deforestation of the Brazilian Amazon. Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science, 2017. Disponível em:

https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199389414.013.39. Acesso em: 7 jul. 2026.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. Acta Amazonica, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0044-59672006000300018. Acesso em: 7 jul. 2026.

FIORI, Marcus Fernando; FIORI, Luís Eduardo; NENEVÉ, Miguel. Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse sobre a propriedade rural. Novos Cadernos NAEA, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/861. Acesso em: 7 jul. 2026.

IBGE. Cidades e Estados: Rio Crespo, Rondônia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rio-crespo/panorama. Acesso em: 7 jul. 2026.

IBGE. SIDRA: Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 7 jul. 2026.

INCRA. Assentamentos: relação de projetos. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos. Acesso em: 7 jul. 2026.

INPE. TerraBrasilis: plataforma de monitoramento ambiental. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/. Acesso em: 7 jul. 2026.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/s6ntrBBYrbZbzV4SyyCk5kB/. Acesso em: 7 jul. 2026.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas: coleção de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil. São Paulo: MapBiomas, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/. Acesso em: 7 jul. 2026.

MARGULIS, Sergio. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. Brasília: Banco Mundial, 2003. Disponível em: https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/867161468741013390/causas-do-desmatamento-da-amazonia-brasileira. Acesso em: 7 jul. 2026.

O'BRIEN, Bridget C. *et al.* Standards for reporting qualitative research: a synthesis of recommendations. Academic Medicine, v. 89, n. 9, p. 1245-1251, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000388. Acesso em: 7 jul. 2026.

PORTELLI, Alessandro. What makes oral history different. In: PORTELLI, Alessandro. The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History. Albany: SUNY Press, 1991. Disponível em: https://sunypress.edu/Books/T/The-Death-of-Luigi-Trastulli-and-Other-Stories. Acesso em: 7 jul. 2026.

THOMPSON, Paul; BORNAT, Joanna. The Voice of the Past: Oral History. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: https://global.oup.com/academic/product/the-voice-of-the-past-9780190671587. Acesso em: 7 jul. 2026.

THOMSON, Alistair. Four paradigm transformations in oral history. The Oral History Review, v. 34, n. 1, p. 49-70, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1525/ohr.2007.34.1.49. Acesso em: 7 jul. 2026.

TONG, Allison; SAINSBURY, Peter; CRAIG, Jonathan. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. International Journal for Quality in Health Care, v. 19, n. 6, p. 349-357, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042. Acesso em: 7 jul. 2026.

YIN, Robert K. Case Study Research and Applications: Design and Methods. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018. Disponível em: https://us.sagepub.com/en-us/nam/case-study-research-and-applications/book250150. Acesso em: 7 jul. 2026.